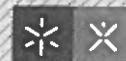


# Atividade Física, Saúde e Lazer

Educar e Formar

## COORDENAÇÃO

Isabel Cabrita Condessa  
Beatriz Oliveira Pereira  
Graça Simões de Carvalho



Universidade de Aveiro  
Instituto de Educação e Ciência  
Centro de Investigação  
em Estudos da Criança (IEC)

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO **Atividade Física, Saúde e Lazer:  
Educar e Formar**

COORDENAÇÃO Isabel Cabrita Condessa  
Beatriz Oliveira Pereira  
Graça Simões de Carvalho

EDIÇÃO CIEC, IE, UM, Braga, Portugal

APOIO Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Centro de Estudos da Criança (CIEC) Instituto de Educação (IE),  
Universidade do Minho (UM)

CAPA Sereer

CONCEPÇÃO GRÁFICA Sereer, soluções editoriais

TIRAGEM 500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 347154/12

ISBN 978-972-8952-22-8

O CONTRIBUTO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS, DOS PAIS E DAS PRÓPRIAS CRIANÇAS .....	127
DENISE ROCHA, GRAÇA SIMÕES CARVALHO	

### PARTE III

#### Como vão as Atividades Curriculares?

AS ATITUDES DOS ALUNOS FACE À DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	137
PAULO PEREIRA	
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SECUNDÁRIO: COMPREENDER AS ATITUDES PARA PENSAR A MUDANÇA. UM ESTUDO DE CASO .....	147
CATARINA PACHECO, ISABEL CABRITA CONDESSA	
AS TIC NO APOIO À DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	159
JOÃO PAULO GASPAR, ISABEL CABRITA CONDESSA	
CONTRIBUTOS DA LITERACIA EXPRESSIVA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS .....	169
ANA PAULA BATALHA, ANA MACARA	

### PARTE IV

#### A Formação do Profissional de Educação Física: Diversidade nos Olhares

SOCIALIZAÇÃO ANTECIPATÓRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CARACTERIZAÇÃO SOCIO BIOGRÁFICA E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES E ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO .....	179
CESAR SA	
A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – ANÁLISE DE UM PERÍODO DE FORMAÇÃO.....	189
JOSE NEVES, ISABEL CABRITA CONDESSA	
ALGUNS OLHARES PARA O CORPO NA DANÇA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	201
KATIA MORTARI, ANA PAULA BATALHA	
CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO SUPERIOR ..	213
DALTON ARNOLDO NASCIMENTO, ANTÓNIO CAMILO CUNHA	

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
– ANÁLISE DE UM PERÍODO DE FORMAÇÃO

JOSÉ NEVES<sup>1</sup>, ISABEL CABRITA CONDESSA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo de investigação visou fazer um balanço entre os discursos, a realidade e as necessidades da Formação Contínua (FC) de professores de Educação Física (EF) da Região Autónoma dos Açores (RAA), durante os oito primeiros anos do século XXI.

A FC de professores assume, atualmente, uma relevância importante, pois é muito provável que as características e o papel dos professores se venham a alargar e a aprofundar na atualidade, face à diversidade e às exigências com que os profissionais de ensino se deparam no seu quotidiano.

Para concretizar este estudo foi realizada uma análise da legislação em vigor e construído e aplicado um inquérito por questionário tendo em vista a recolha e análise de dados de opinião de professores de todas as escolas da RAA. Contámos com uma amostra representativa de professores de EF da RAA, isto é, com mais de uma centena e meia de docentes. Os dados obtidos, introduzidos numa base criada no SPSS, foram sujeitos a uma análise descritiva e comparativa.

Os resultados recolhidos possibilitaram-nos concluir que o enquadramento político, administrativo da FC de professores de EF da RAA, remete-nos para um tipo de formação que: I) privilegiava o modelo de janela de formação; II) favorecia sobretudo os docentes uma situação profissional mais estável; III) pouco incidente na área específica de EF. A maioria dos profissionais inquiridos dizia conhecer a legislação em vigor e que preferia: I) uma alternativa ao modelo de formação em vigor e que privilegiasse a(s) sua(s) escolha(s); II) a modalidade de oficina de formação; III) com temas que dessem um maior contributo para sua prática pedagógica.

<sup>1</sup> Escola Básica Integrada da Canto da Maia. Ponta Delgada, Açores, Portugal.

<sup>2</sup> Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), Instituto da Educação da Universidade do Minho. Braga, Portugal.  
Departamento de Ciências da Educação, Universidade dos Açores. Ponta Delgada, Açores, Portugal.

## Introdução

A formação de professores é um instrumento potencial de regulamentação das práticas dos professores (Perrenoud, 2006) que contribui para o seu desenvolvimento profissional, num processo que se desenvolve por ciclos, constituídos por características próprias e que requerem necessidades formativas específicas (Nóvoa, 2000).

Atualmente, no início do século XXI, verifica-se um contexto de descontentamento entre os professores, com realce para a sua baixa motivação para a profissão docente. De facto, melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve pois ser uma prioridade, que para Delors (1998) pode ser alcançada através dos “cuidados” mantidos em três momentos: na seleção do indivíduo que se candidata a professor; numa formação inicial de qualidade; e por fim, através de uma formação contínua que o aproxime das necessidades constantes do sistema educativo.

Nos diferentes discursos sobre a política de formação contínua, esta surge como mais uma etapa marcante e decisiva na preparação dos professores para um desempenho profissional de qualidade, perspectiva que é defendida por Sambugari, (2007:63). Para este autor, a educação continuada do professor deve ter a escola como espaço privilegiado da ação, e não pode ser considerada uma formação concentrada exclusivamente em “reciclagens” de cariz pedagógico, mas um processo de desenvolvimento mais amplo – o desenvolvimento profissional do professor, de valorização da reflexão e cooperação. Estes momentos de formação podem propiciar mudanças na forma de pensar dos professores.

Alarcão e Roldão (2008) destacam que ainda são raros os estudos que incidem sobre a supervisão na formação contínua de professores. Neste perfil de formação recai a perspectiva de supervisão de Alarcão e Tavares (2003) como “(...) o processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor, ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional”. Contudo, no seio das escolas verifica-se uma insatisfação generalizada quanto a ações de formação propostas para os professores em geral e para os professores de EF em particular. As queixas referem-se essencialmente ao facto de as ações terem pouco a ver com os interesses dos destinatários, sobretudo porque geralmente têm pouca relação com o seu trabalho prático, não contribuindo para a alteração das suas práticas educativas. Para Gonçalves (1994) uma implicação verdadeira e empenhada dos professores é uma condição essencial da eficácia da sua formação. Neste sentido, podemos considerar que se a formação contínua surge como mais uma etapa marcante e decisiva na preparação dos professores para um desempenho profissional de qualidade, então ela deve ir ao encontro das suas necessidades e interesses, para que haja uma apropriação crítica da formação recebida e consequentemente uma transformação da prática de ensino e aprendizagem nas escolas.

Atendendo aos diversos papéis que são exigidos aos profissionais de educação, causando uma enorme pressão sobre estes, à grande desvalorização social e à falta de reconhecimento profissional, este estudo pretende contribuir com algumas reflexões para o conhecimento de uma realidade que se tem vindo a tornar cada vez mais complexa e exigente, a de formação contínua de professores de Educação Física na Região Autónoma dos Açores.

A cultura profissional do professor de Educação Física apresenta aspetos semelhantes à dos professores de outras áreas disciplinares, já que obedecem às mesmas diretrizes e

são influenciadas pelas mesmas tendências. Contudo, há outras particularidades que os diferenciam dos outros professores, já que a sua experiência profissional se baseia muito na ação (Albuquerque, Graça e Januário, 2005) e a sua formação realiza-se desde muito cedo através de práticas e observações de situações motoras vivenciais em atividades físicas e desportivas realizadas nos mais variados contextos (rua, escola, clube desportivo, academias, etc.).

O nosso estudo pretendeu contribuir igualmente para reforçar a formação e o desenvolvimento profissional dos professores de Educação Física através do processo de formação contínua.

Foram objetivos desta investigação:

- conhecer as políticas e estratégias da formação contínua dos professores de EF na Região Autónoma dos Açores;
- caracterizar o nível de conhecimento e de adesão de docentes de EF da RAA a essa formação, assim como, das suas expectativas e necessidades.

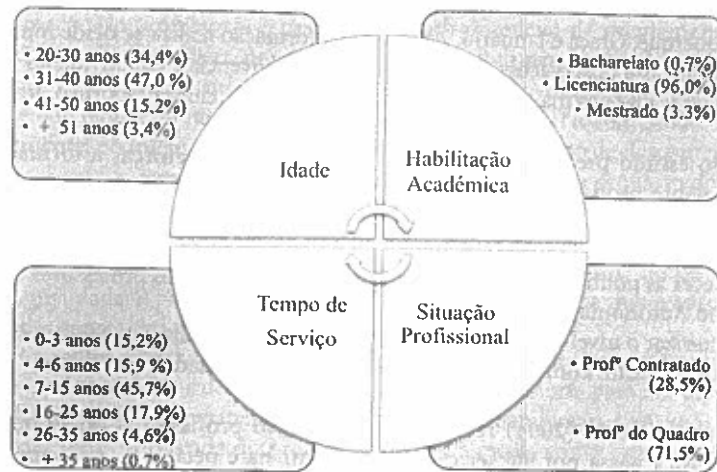
Carreiro da Costa (2004) refere que a formação profissional do Professor de Educação Física passa por ele ser capaz: de refletir na e pela ação, e de aperfeiçoar as suas capacidades de adaptação, eficácia, capacidade de resposta e de ajustamento ao solicitado, ao contexto, e aos problemas complexos e variados que enfrenta na sua atividade. Para além de se tentar melhorar as suas competências de desempenho na gestão escolar e nas relações na escola e na comunidade, a melhoria da qualidade das suas práticas de ensino, beneficiando em última instância os alunos, é sem dúvidas um aspeto a privilegiar.

A eficácia da sua intervenção do professor depende de múltiplos fatores dos quais, os fatores internos, competência profissional, e sentido profissional sendo fundamental para a melhoria do ensino. Neste sentido, Rovigno (2003), no que refere à construção do conhecimento pelos Professores de Educação Física, sublinha: a importância da experiência para que o professor compreenda: a “teoria na prática” e a “teoria através da prática”; assim como, o “papel que o contexto escolar joga”, nomeadamente através das interações sociais com órgãos de gestão, com os colegas da escola, no departamento e com os estudantes.

## Métodos e Procedimentos

Neste estudo, com características de estudo quantitativo, participaram 151 professores de Educação Física profissionalizados que durante o ano letivo 2007/2008 lecionavam Região Autónoma dos Açores, o que corresponde a 50,3% da totalidade de professores a lecionar na totalidade das escolas da região, nos vários níveis de ensino. Estes professores, distribuídos pelas várias ilhas, enquadravam-se geograficamente num dos três Centros de Formação (CF) da RAA (64,2% do CF de S. Miguel; 17,2% do CF da Terceira e 18,5% CF do Faial).

Figura 1 – Características dos Professores de EF do estudo



Conforme se pode ver, pela figura 1, a nossa amostra era constituída essencialmente por professores com idade inferior ou igual a quarenta anos (81,4%), na sua maioria com grau de licenciatura, com mais de 7 anos de serviço (68,9%) e pertencentes ao quadro de escola (71,5). Há a realçar ainda o facto de nesta nossa amostra prevalecerem os professores do sexo masculino (65,6%).

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi um questionário construído a partir de instrumentos utilizados em estudos similares (“Análise da Procura e da Oferta de Formação Contínua”, de Branco, 2004; “Análise de Necessidades de Formação Contínua de Professores de Educação Física e Desporto Escolar, de Marques, 2002).

O questionário, com questões abertas e questões fechadas, apresentou uma estrutura dividida em três partes:

- Parte I – identificação dos indivíduos (características pessoais, académicas e profissionais);
- Parte II – opiniões e percepções sobre as Políticas Administrativas da Formação Contínua na RAA;
- Parte III – opiniões e percepções sobre as Necessidades e Realidades da Formação Contínua na RAA.

Analisámos as respostas às questões abertas, procedemos a uma análise de conteúdo e transformámo-las em categorias que foram quantificadas, à semelhança das respostas fechadas. Os dados foram introduzidos numa base de dados construída no Programa Estatístico para Ciências Sociais, SPSS 15,0 e para a sua análise aplicámos técnicas estatísticas descritivas (percentagem e frequência), comparativas [Teste de Qui-quadrado ( $X^2$ )] e correlacionais [Coeficiente de Correlação de Bravais-Pearson ( $r$ )].

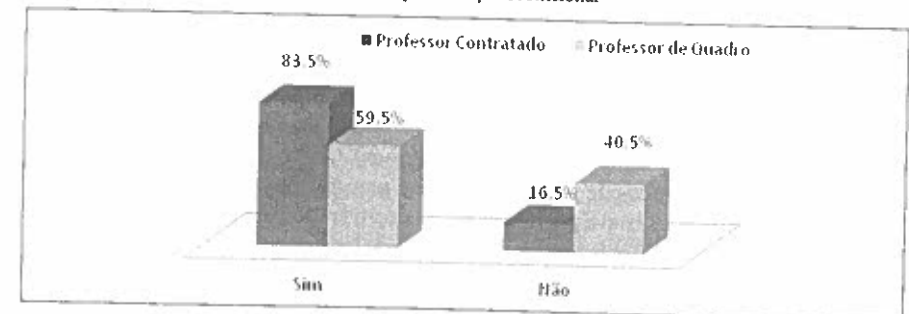
## Resultados

Da análise estatística dos dados obtidos pudemos determinar, em primeiro lugar, o nível de conhecimento que os professores de EF da RAA teriam sobre a legislação de formação contínua em vigor e se existiriam diferenças entre professores com diferentes características (pessoais, académicas e profissionais).

Quando confrontámos a percepção dos professores de EF da RAA sobre o seu conhecimento/ desconhecimento da legislação da Formação Contínua registámos que um elevado número (76,8%) disse “conhecer bem” a legislação em vigor sobre a FC e apenas 23,2% disse “não ter conhecimento suficiente” desta legislação. Numa análise mais pormenorizada, acerca da possível influência das características pessoais e académicas dos professores do estudo, verificámos que o género e a idade dos professores surgem como fatores capazes de influenciar o seu nível de conhecimento/ desconhecimento sobre a legislação em vigor (género –  $\chi^2= 6,035$  a um nível de significância de  $p=0,014$ ; idade –  $\chi^2= 8,139$  a  $p=0,043$ ). Realmente observam diferenças muito significativas entre homens e mulheres, pois enquanto 88,5% das professoras dizem que conhecem a legislação, um número mais baixo de professores (70,7%) referem ter conhecimento da mesma. Um comportamento semelhante verificou-se entre os professores mais novos e os mais velhos. A percentagem de professores que diz desconhecer a legislação em vigor, à exceção do grupo de professores mais idosos, parece estar inversamente relacionada com a idade. Os cerca de 36,5% professores mais novos, com idades compreendidas entre os “20 e 30 anos”, são os que parecem conhecer menos a legislação, valor esse que contrasta com os 20% dos professores de outros grupos (“30 a 40 anos” e “mais de 50 anos”), assim como, com os 13% de professores do grupo “41 a 50 anos”.

Em consonância com o conhecimento fruto da idade foi detetada uma ligeira relação positiva entre a situação profissional e o grau de conhecimento da legislação sobre a FC (CCBP –  $r = 0,279$  a  $p = 0,001$ ).

Figura 2 – Nível de Conhecimento dos Professores de EF da RAA sobre a legislação da FC em vigor em 2008 – Análise por Situação Profissional



Verificámos que quase metade dos “professores contratados”, isto é, 40,5% disseram desconhecer a legislação em vigor, enquanto para a totalidade dos “professores do quadro” essa situação só se verifica em 16,5%. É notória a dissemelhança existente entre

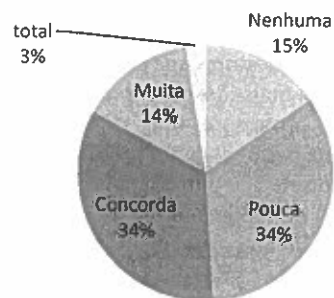
os dois grupos ( $\chi^2= 15,076$  a  $p=0,001$ ) no que trata ao conhecimento do enquadramento legislativo da Formação Contínua.

Fomos analisar as tendências dos professores de EF da RAA em função de alguns dos indicadores utilizados nos nossos instrumentos de pesquisa:

1. a concordância dos professores de EF sobre o modelo de FC na RAA;
2. a sua opinião quanto ao papel dos vários intervenientes (Professores de EF, CF, Departamentos e Escola) nessa formação;
3. a sua opinião sobre as modalidades de formação mais ajustadas às suas necessidades de docência;
4. o nível de participação dos professores de EF da RAA nas ações de formação contínua na área disciplinar da EF.

Quando se observam os dados sobre o modelo de formação contínua mais adotado – “Janela de Formação” (figura 3) verificamos que cerca de 51% dos professores de EF da

Figura 3 – Concordância dos Professores de EF da RAA com o modelo de Janela de Formação da FC



RAA tendem a concordar com este modelo por questões que se prendem com aspetos organizacionais: a continuidade das aulas oferecidas aos alunos e a uniformização de critérios entre as várias entidades escolares. Contudo, quando são chamados a dar uma opinião sobre o(s) melhor(e)s modelo(s) para as de ações de formação contínua (AFC) os docentes relevam os mais relacionados com a sua prática – as oficinas de formação (57%).

A formação contínua de professores na RAA faz-se, na sua maioria, nas interrupções letivas (período no qual não existe aulas para os alunos). Criam-se as *janelas de formação* que são períodos específicos de interrupção letiva para formação contínua do pessoal docente. Esta organização estava prevista pela legislação então em vigor, onde as ações de formação contínua deviam-se realizar fora da atividade letiva e pelos centros de formação, mais propriamente na alínea 3) do artigo 25.º da Secção III, Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A de 30 de agosto (Estatuto da Carreira Docente da RAA):

*“As ações de formação a que se refere o número anterior devem ser organizadas em horário que não interfira com a actividade lectiva, nos períodos de interrupção lectiva e na interrupção especificamente destinada a formação que conste do calendário escolar aprovado para a unidade orgânica”.*

Quando analisada a preferência do modelo de FC na Região em função das várias respostas dadas pelos professores de EF da RAA do nosso estudo, não detetámos interferência significativa das características pessoais, académicas e profissionais na preferência dos docentes quanto ao modelo de FC adotado na RAA.

As ações de formação são organizadas pela colaboração estrita com os três Centros de Formação (CF) de Associação de Escolas da Região Autónoma dos Açores (Faial, Terceira e São Miguel), sendo disponibilizados momentos de formação pelos CF para os professores de determinado grupo de Escolas, nos períodos definidos a priori. Esta situação era igualmente legislada na alínea 2) do artigo 25.º da Secção III, Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A de 30 de agosto (Estatuto da Carreira Docente da RAA):

*“Cabe a cada centro de formação de associação de escolas organizar, em colaboração com as unidades orgânicas que a ele pertençam e outras entidades formadoras acreditadas, as ações de formação contínua de acordo com as necessidades verificadas (...)”.*

No que confere à opinião que os professores deixaram acerca dos vários intervenientes neste tipo de formação tão relevante no seu desenvolvimento profissional (FC), verificamos que grande parte dos professores inquiridos (44,4%) afirmaram ser essa responsabilidade do “Centro de Formação”, um menor número atribui a responsabilidade à escola e seus departamentos (36,5%) e apenas 15,9% dos professores atribui essa competência aos seus “pares”.

Os professores de EF da RAA, da nossa amostra, consideram que não são ouvidos, quer pelas Unidades Orgânicas, quer pelos Centros de Formação, quanto à programação das ações de formação dirigidas ao seu grupo disciplinar. Contudo a maioria (93,1%) deixou bem expressa a sua opinião de que gostariam de ser auscultados das reais necessidades dos docentes deste grupo disciplinar da Educação Física e que se encontrava insatisfeitos (74,1%) com a formação colocada à sua disposição pelos centros de formação. Realçamos alguns excertos das respostas aos questionários dadas pelos docentes, que ilustram esta apreciação:

*“...falta de boas ações de formação e formação específica fornecidas pela Janela de Formação”;*

*“...devia haver uma maior escolha e não submeter à Janela de Formação”;*

*“...há formações repetidas e que não vão ao encontro dos interesses dos professores”.*

De facto, parece-nos que deveria existir um maior esforço na RAA para que se aplicasse o contemplado no ponto 1 do artigo 25 da Secção III do Estatuto da Carreira Docente da RAA (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2006/A de 18 de agosto):

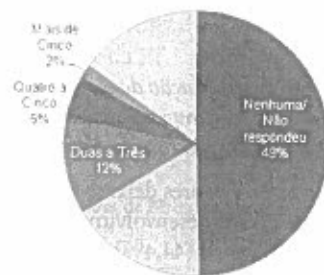
*“Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, cabe a cada unidade orgânica proceder, isoladamente ou em colaboração com o centro de formação de associação de escolas a que pertença e outras entidades formadoras acreditadas, ao levantamento das necessidades de formação contínua do seu pessoal docente.”*

Por outro lado, o Coordenador de cada Departamento/Grupo de Educação Física, das várias Unidades Orgânicas, têm obrigação de sondar os docentes de EF que constituem aquele Órgão e posteriormente expor no Plano de Desenvolvimento da Educação Física e

Desporto Escolar, enquadrado no Regulamento e Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos (Portaria n.º 71/2008 de 18 de agosto), as reais necessidades de formação contínua, para os Conselhos Executivos intervirem, sugerindo os temas de ações aos CF, do qual fazem parte.

De seguida, pretendemos saber quais os professores da nossa amostra que realizaram formação específica na área disciplinar, durante um período de oito anos iniciados no ano dois mil.

Figura 4 – Número de Formações realizadas pelos Professores de EF da RAA, entre 2000 e 2007



Conforme se pode observar na figura 4, do escasso número de professores de EF que disseram ter realizado formação específica, apenas 12 (19%) realizaram quatro ou mais ações de formações específicas, isto é, pelo menos uma ação em dois anos.

Numa abordagem mais detalhada, para perceber a influência das características dos professores na sua adesão às ações de apoio profissional, verificámos que a idade, o tempo de serviço e a situação profissional dos professores surgiu como fator de influência do seu nível de participação em ações da especialidade (idade –  $\chi^2 = 35,80$  a  $p=0,002$ ; tempo de serviço –  $\chi^2 = 38,75$  a  $p=0,007$ ; situação profissional –  $\chi^2 = 16,96$  a  $p=0,005$ ). Foram sobretudo os professores mais novos e contratados que menos hipóteses tiveram de fazer formação devido à forma de seleção. Os professores mais velhos também participaram menos, pelo facto de não necessitarem de créditos.

De facto, são os professores do quadro e com mais anos de serviço, sobretudo os que têm uma idade superior aos 31 e inferior a 51 anos, que mais facilmente têm acesso às AFC, devido às necessidades de carreira, associada aos créditos que as AFC atribuem e função da subida de escalão.

Como podemos verificar no Estatuto da Carreira dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A de 30 de agosto) na Secção III, no artigo 24.º onde está escrito:

*“a formação contínua destina-se a assegurar a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à actividade profissional do pessoal docente, visando ainda objectivos de progressão na carreira (...) consideram-se ações de formação contínua para pessoal docente as que como tal se encontrarem creditadas (...)”.*

Uma outra condição de diferenciação na participação foi o Centro de Formação (CF –  $\chi^2 = 18,717$  a  $p=0,044$ ). Pudemos observar que foi no CF da Ilha Terceira que houve uma maior oportunidade de contemplar uma maior menor percentagem de docentes (cerca de 30% mais do que em qualquer um dos outros dois centros).

Da observação do quadro I, poderemos considerar que houve poucos professores a realizarem formação específica ao longo destes 8 anos (em média 11,3%). As formações mais relevantes foram as realizadas nas temáticas da Metodologia de Ensino de Modalidades (6,4%) e da Capacidade Física/ Saúde e Bem-Estar (2,4%), mas com um rácio muito baixo de participação.

Quadro 1 – Distribuição das várias formações realizadas pelos Professores de EF da RAA, da nossa amostra, no período entre 2000 a 2007, na área específica da EF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Valor Médio
Não respondeu e/ou não realizou FC	90,7	88,1	88,7	84,8	96,0	84,8	91,4	85,4	88,7%
Formação (FC) realizada	9,3	11,9	11,3	15,2	4,0	15,2	8,6	14,6	11,3%
Metodologia de Ensino de Modalidades	8,6	2,0	0,7	2,0	3,3	15,2	7,3	11,9	6,4%
Gestão e Organização de Ensino	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	0,4%
Capacidade Física/Saúde e Bem Estar	0,0	9,9	0,0	8,6	0,0	0,0	0,7	0,0	2,4%
Informática	0,0	0	10,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3%
Avaliação	0,0	0,0	0,0	4,6	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7%
Primeiros Socorros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,1%

As formações mais relevantes foram as realizadas nas temáticas da Metodologia de Ensino de Modalidades (6,4%) e da Capacidade Física/ Saúde e Bem-Estar (2,4%), mas com um rácio muito baixo de participação.

## Conclusões e Discussão

O nosso estudo parece revelar que havia um bom conhecimento dos professores de EF da RAA sobre a legislação da FC em vigor em 2008, registando-se contudo algumas diferenças que se relacionam diretamente com as suas características pessoais (idade e o sexo) e profissionais (situação profissional e tempo de serviço), sendo que, estas últimas se referem diretamente com o tempo de serviço.

Nos Açores, em 2008, a opinião favorável de alguns professores pelo modelo de janela de formação foi atribuída a aspetos exclusivamente organizacionais e a modalidade de formação contínua preferida pelo grupo disciplinar era a de “oficina de formação”, com carácter essencial prático e centrada no exercício profissional e preferencialmente centradas na área da disciplina.

Os docentes inquiridos são de opinião que se devem fazer “ouvir”, pelos Conselhos Executivos, Centros de Formação e Departamento, quanto às suas necessidades de formação, devendo-se por isso, privilegiar momentos de discussão e reflexão nas escolas sobre as reais necessidades de autoformação dos professores de EF da RAA, devendo ser essa informação contemplada antes de se tomarem decisões quanto aos conteúdos e modalidades de formação a oferecer futuramente, já que segundo Marques (2002) a preferência para as áreas temáticas da formação contínua dos professores de EF deve-se à falta de formação inicial e desportiva e para Albuquerque, Graça & Januário (2005)

as ações dos professores de Educação Física apresentam aspetos que os diferenciam dos outros professores, havendo todo um sistema de valores, de ferramentas, de regras e de conhecimentos que dão corpo e expressão às suas competências práticas, próprias da sua cultura profissional.

Os professores de EF da RAA apresentaram uma baixíssima participação em formações da área específica, no período 2000 a 2007, verificando-se diferenças significativas função do Centro de Formação, da idade, da situação profissional e tempo de serviço, sobretudo na RAA. Foram os professores de EF da faixa etária dos “31 aos 40 anos” e “41 aos 50 anos”, do Centro de Formação da Terceira, que melhor acederam à formação específica. Podemos tirar a ilação que os primeiros, foi pelo facto de terem de se preocupar mais com a progressão na carreira e que os segundos pela eventual proximidade à Direção Regional de Desporto.

Do discurso dos professores de EF da RAA as áreas específicas em que mais se investiu foram na formação em capacidades físicas/saúde e bem-estar, por outro lado, as áreas onde deve haver um maior investimento é na formação em atividades/modalidades desportivas e em primeiros socorros, que não têm sido privilegiados e os professores de Educação Física consideram-nas prioritárias. Para Fernández-Balboa (1996) a formação de professores deve refletir, também ela, as questões de conhecimento específico de Educação Física e do Desporto, passando de um paradigma positivista a uma perspetiva de pedagogia crítica.

#### Referências:

- Alarcão, I., Roldão, M. (2008). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. Mangualde: Edições Pedago.
- Alarcão, I.; Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem* – 2ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina.
- Albuquerque, A.; Graça, A.; Januário, C. (2005). *A Supervisão Pedagógica em Educação Física. A perspetiva do orientador de estágio*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Balboa. (1996). *Critical Postmodernism in Human Movement, Physical Education, and Sport*. New York: State University of New York Press.
- Branco, A. (2004). Análise da Procura e da Oferta de Formação Contínua: um estudo com professores de Educação Física dos 2º, 3º Ciclos e Secundário da Península de Setúbal. *Dissertação de Mestrado*. Lisboa: FMH-UTL.
- Brunelle, J. (1990). La Formation et le perfectionnement des intervenants en activité physique : « Mettre des espadrilles aux nuages ». In *Intervention en Éducation Physique et en Entraînement. Bilan et perspectives. Proceedings of the AIESEP 1987 Convention*. p. 153-165. Québec.
- Carreiro da Costa, F. (2004). O processo de Bolonha e a Revalorização da Formação Inicial em Educação Física. In, B. Pereira & G. Carvalho (org.). *CD-Rom de Atas do 2º Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde – modelos de análise e intervenção*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Edição em CD-ROM.
- Carvalho, I. (2003). *Formação contínua e pensamento do professor*. Contributos para a construção de um Projecto de formação. *Dissertação de Mestrado*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Condezza, I. et al (2002). *A Indisciplina nas Aulas de Educação Física – Crenças de Professores e de Alunos – Um Estudo nas Escolas dos Açores*. Ponta Delgada: DREFD-RAA e DCE-UAE.

- Day, C. (2001). *Desenvolvimento profissional de Professores*. Porto: Porto Editora.
- Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A de 30 de agosto.
- Delors et al. (1998). *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. 3ª Edição. Coleção Perspetivas Actuais. Porto: Edições ASA.
- Fernández-Balboa, J. M. (1996). *Critical Postmodernism Human Movement, Physical Education, and Sport*. New York: State University of New York Press.
- Gonçalves, C. (1994). Reflexões Globais sobre a Formação contínua dos Professores de Educação Física. Lisboa: *Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 9, 55-70.
- Marques, C. (2002). Análise de Necessidades de Formação Contínua de Professores de Educação Física e Desporto Escolar. Lisboa: *Dissertação de Mestrado*. Lisboa: FMH-UTL.
- Matos, Z. (1994). Avaliação da Formação dos Professores. Lisboa: *Sociedade Portuguesa de Educação Física, Boletim N.º10/11 – Verão/Outono*, p. 53-78.
- Nóvoa, A. (2000). *O ciclo da vida profissional dos professores*. Vidas de professores. Porto: Porto Editora.
- Perrenoud, P. (2006). *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica*. Brasil: Artmed Editora S.A..
- Sambugari, Marcia. *Reações de Professores em Contexto de Educação Continuada*. *Revista Olhar de Professor*, Ponta Grossa 10(2), 59-79, 2007. Acedido em Dezembro de 2008, em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>.